



CONTRATO Nº 303/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E PROMOÇÃO E A EMPRESA IUNES VARIEDADES LTDA, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E PROMOÇÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº **18.992.855/001-01** sediado na Rua Paul Begot, nº 236, Centro, Benevides-PA, neste ato representada pela **Srª LUIZA EUCLIDIA DE LIMA SOLON**, denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **IUNES VARIEDADES LTDA**, CNPJ **34.602.938/0001-01**, com sede na Rua Padre Chapagnat 81 A, Comercio, Belém PA, 66630-505, email: iunesvariedades@hotmail.com, telefone: (91) 99923-0810, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela **Sr.ª MARLENE IUNES COSTA**, portadora do CPF nº **021.300.762-20**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos; ambas considerando o julgamento da licitação na modalidade de **Pregão**, sob o **Nº 017/2024**, na forma, tendo em sta o que consta no Processo Administrativo nº 536/2024-SEMTEPS, consoante às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa para a aquisição de brinquedos infantis visando atender as demandas do Município de Benevides.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BONECA TIPO BEBÊ COM CABELO E ETNIAS VARIADAS RUIVA, LOIRA E AFRO DESCENDENTE. UTILIZANDO VESTIDO EM TECIDO. TAMANHO DA BONECA 33 CM. TAMANHO DA EMPALAGEM (CLA) 16,5 X 9,0 X 41,5 CM, MATERIAL: ROSTO VINIL , CORPO E MEMBRO EM PLASTICO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (2-4 ANOS)	200	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 65,00	R\$ 13.000,00
2	CARRO PLASTICO NA CAIXA TAMANHO DA CAIXA (CLA): 26 X 11,8 X 11,8 CM , MATERIAL: PLASTICO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (2-4 ANOS)	200	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 47,50	R\$ 9.500,00
3	CAMINHÃO CAÇAMBA RODA LIVRE. TAMANHO DO PRODUTO (CLA): 19 X 19 X 27 CM , MATERIAL: PLASTICO, RODA LIVRE, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (2-4 ANOS)	100	UNID.	BG PLAST	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
4	CAMINHÃO BOMBEIRO, RODA LIVRE, MATERIAL PLASTICO. ESCADA MAGIRUS ARTICULADA. EMBALAGEM: SOLAPA. TAMANHO DO PRODUTO: 31 X 12 X 20 CM. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. (2-4 ANOS)	100	UNID.	LUMMAR	R\$ 38,10	R\$ 3.810,00
5	BONECA TIPO BEBÊ COM ACESSÓRIO ESTETOSCÓPIO. UTILIZANDO VESTIDO. TAMANHO DA BONECA 38 CM. TAMANHO DA EMBALAGEM (CLA) 29 X 10 X 47 CM, MATERIAL: ROSTO EM VINIL , CORPO E MEMBRO EM PLASTICO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (5-7 ANOS)	100	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 61,00	R\$ 6.100,00
6	BONECA TIPO BEBÊ COM ACESSÓRIOS PENQUINHO E MAMADEIRA. UTILIZANDO VESTIDO. TAMANHO DA BONECA 38 CM. TAMANHO DA EMBALAGEM (CLA) 29 X 10 X 47 CM, CM, MATERIAL: ROSTO EM VINIL , CORPO E	100	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 55,00	R\$ 5.500,00



	MEMBRO EM PLASTICO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (5-7 ANOS)					
7	CAMINHÃO CAÇAMBA PLASTICO. RODA LIVRE. TAMANHO DO PRODUTO: 34 X 19 X 17,6 CM. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (5-7 ANOS)	100	UNID.	LUMMAR	R\$ 55,00	R\$ 5.500,00
8	CAMINHÃO BOMBEIRO PLASTICO. RODA LIVRE. COM ESCADA MAGIRUS ARTICULADA E ESCADA NA LATERAL DO CAMINHÃO. TAMANHO DO PRODUTO: 34 X 19 X 19,5 CM. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (5-7 ANOS)	100	UNID.	LUMMAR	R\$ 59,53	R\$ 5.953,00
9	PICK-UP PLASTICA RODA LIVRE. CONTENDO NA CAÇAMBA O MINIMO DE 11 PEÇAS DE BLOCOS DE MONTAR EDUCATIVOS. TAMANHO DO PRODUTO (CLA): 25,5 X 36 X 22 CM , MATERIAL: PLASTICO, RODA LIVRE CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (5-7 ANOS)	1250	UNID.	BG PLAST	R\$ 50,00	R\$ 62.500,00
10	BONECA TIPO BEBÊ COM ACESSÓRIO PRATO, GARFO E FACIA. UTILIZANDO VESTIDO. TAMANHO DA BONECA 38 CM. TAMANHO DA EMBALAGEM (CLA) 29 X 10 X 47 CM, CM, MATERIAL: ROSTO EM VINIL , CORPO E MEMBRO EM PLASTICO. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (8-10 ANOS)	100	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
11	BONECA TIPO BEBÊ. COM ACESSÓRIOS MAMADEIRA E PIPO. UTILIZANDO ROUPA TIPO MACAQUINHO, TAMANHO DA BONECA: 30 CM , TAMANHO DA EMBALAGEM: (CLA) 28 X 9 X 40,5 CM, MATERIAL: ROSTO E MEMBROS EM VINIL, CORPO EM ECHIMENTO MACIO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (8-10 ANOS)	200	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
12	BONECA TIPO BEBÊ. UTILIZANDO VESTIDO DE TECIDO. TAMANHO DA BONECA: 44 CM , TAMANHO DA EMBALAGEM: (CLA) 34 X 13,50 X 60 CM. MATERIAL: ROSTO EM VINIL , CORPO E MEMBRO EM PLASTICO, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. (8-10 ANOS)	3500	UNID.	NOVA TOYS	R\$ 95,00	R\$ 332.500,00
13	BOLA DE FUTEBOL SOCIAL Nº 5. DIAMETRO 21 CM. MATERIAL PVC. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (8-10 ANOS)	460	UNID.	WELLMIX	R\$ 40,00	R\$ 18.400,00
14	CAMINHÃO CAÇAMBA PLASTICO. RODA LIVRE. TAMANHO DO PRODUTO: 48,5 X 20,5 X 26 CM. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (8-10 ANOS)	1400	UNID.	LUMMAR	R\$ 42,00	R\$ 58.800,00
15	TRATOR CARREGADEIRA PLASTICA, COM PÁ ARTICULADA. TAMANHO DO PRODUTO: (CLA) 21 X 18 X 40. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. (8-10 ANOS)	100	UNID.	BG PLAST	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
16	CAMINHÃO CAÇAMBA RODA LIVRE CONTENDO NA CAÇAMBA O MINIMO DE 06 PEÇAS DE BLOCOS DE MONTAR EDUCATIVOS TAMANHO DO PRODUTO (CLA): 19 X 19 X 27 CM , MATERIAL: PLASTICO, RODA LIVRE, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO (8-10 ANOS)	100	UNID.	BG PLAST	R\$ 49,00	R\$ 4.900,00
17	CAMINHÃO ENTULHO, COM ARTICULAÇÃO DA CAÇAMBA. RODA LIVRE , CONTENDO NO MINIMO 3 ACESSORIOS. MATERIAL PLASTICO. TAMANHO DO PRODUTO: 31 X 12 X 17 CM. EMBALAGEM: SOLAPA. CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. (8-10 ANOS)	100	UNID.	POLIPLAC	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00
TOTAL					R\$ 563.663,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 563.663,00** (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL SEISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/11/2024**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, definitivo.



7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por Termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelas avarias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 9.5. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem defeitos ou incorreções.
- 9.6. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio e certidões que comprovem a regularidade municipal perante sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou anormalidade na embalagem de cada item no ato da entrega do cada item.
- 9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, bem como seguir as determinações expostas no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, o qual estabelece as garantias trabalhistas na execução contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (art.117, caput)

- 10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto designados na portaria n ° **3860/2024-SEMTEPS**, sendo eles:



10.1.1. **MATEUS GOMES BRANDÃO FILHO**, matrícula 030542-3
ADMINISTRADOR, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado e como sua suplente a servidora

10.1.2. **DARLENE DE SOUSA FERREIRA**, matrícula 030506-8, AUXILIAR ADMINISTRATIVO SEMTEPS.

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- v. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentaria: Exercício 2024.

Órgão:	11 – Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
Unidade Orçamentária:	11.12 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática:	04 244 0008 2.032 – Manutenção da Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social
Natureza da Despesa:	3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serv. P/ Dist. Gratuita
Subelemento da Despesa:	3.3.90.32.99 – Outros Mat. de Distribuição Gratuitas
Fonte do Recurso:	15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Fonte do Recurso:	16600000 – Transferência de Recurso do FNAS



Órgão:	11 – Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
Unidade Orçamentária:	11.12 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática:	04 244 0018 1.032 – Concessões de Benefícios Socioassistenciais
Natureza da Despesa:	3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serv. P/ Dist. Gratuita
Subelemento da Despesa:	3.3.90.32.99 – Outros Mat. de Distribuição Gratuitas
Fonte do Recurso:	15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Fonte do Recurso:	16600000 – Transferência de Recurso do FNAS
Fonte do Recurso:	16610000 – Transf. Rec. Fundo Estadual Ass. Social

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Benevides para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Benevides, 17 de dezembro de 2024.



LUIZA EUCLÍDIA DE LIMA SOLON
SECRETARIA MUNICIPAL DO
TRABALHO E PROMOÇÃO
CNPJ: 18.992.855/001-01
CONTRATANTE

IUNES VARIEDADES LTDA
CNPJ nº 34.602.938/0001-01
MARLENE IUNES COSTA
CPF nº 021.300.762-20
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____